

01. Eva foi contratada para prestar serviços de jardinagem na casa do Sr. Alfa, apenas algumas vezes por semana, mais precisamente às segundas e quintas-feiras, o que fez durante 4 anos consecutivos. Por motivos não revelados, Sr. Alfa rescindiu o contrato de trabalho que mantinha com Eva pagando-lhe a contraprestação pactuada pelos dias efetivamente trabalhados na semana. Eva totalmente inconformada com a decisão de Alfa, aconselhada por amigos, procurou a Justiça do trabalho para reconhecimento de seus direitos. Considerando a situação hipotética supra, marque a alternativa incorreta:

- a) se Eva postular na Justiça do Trabalho vínculo empregatício e ficar evidenciado que ela só prestava serviços duas vezes por semana, recebendo diárias pelos dias trabalhados, segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho tal pedido não será reconhecido;
- b) dado o fato de a não-eventualidade ser característica da relação de emprego doméstico, o labor por quatro anos consecutivos evidencia a habitualidade e, assim, o reconhecimento do vínculo empregatício;
- c) caso Eva fosse considerada empregada doméstica e estivesse grávida à época da comunicação de sua dispensa, teria ela direito a estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;
- d) segundo entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho caso o contrato de emprego doméstico de Eva fosse de experiência ela não teria direito à estabilidade e, conseqüentemente, a qualquer reintegração.

02. Sepúlveda é empregado de uma loja de variedades e tem sua remuneração basicamente composta das comissões que recebe num total de 2% sobre as vendas realizadas. É sabido que no período de Natal as vendas aumentam demasiadamente e seu empregador reduz o percentual de Sepúlveda para 1% sobre as vendas realizadas nesse período, uma vez que mesmo nesse percentual a remuneração do empregado é cinco vezes superior às vendas realizadas durante todo o ano. Com base na assertiva supra, aponte a incorreta:

- a) como Sepúlveda tem remuneração variável composta de comissões sobre as vendas realizadas, ainda que nada venda em determinado mês terá garantido pelo menos o salário mínimo mensal;
- b) caso as vendas que Sepúlveda tenha realizado a prestações, somente terá direito ao recebimento das comissões respectivas após a ulatimação da transação a que se referem;
- c) a alteração contratual feita pelo empregador no contrato de trabalho de Sepúlveda é lícita, uma vez que no mês de dezembro as vendas são muito elevadas;
- d) as comissões que Sepúlveda recebe são consideradas legalmente salário, não podendo sofrer qualquer redução, salvo mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.

03. Genro é empregado da empresa Alfa Serviços Ltda. especializada em prestação de serviços de vigilância, limpeza e conservação de condomínios de apartamentos residenciais. A empresa Alfa é parte integrante de um grupo econômico, o Grupo Beta, composto por mais cinco empresas de ramos empresariais totalmente diferentes de Alfa. Genro foi prestar seus serviços no Condomínio GamaVille e lá ficou por 10 anos através de terceirização. Ao ser despedido, o empregador de Genro não pagou qualquer direito trabalhista rescisório ou indenizatório sob a alegativa de escassez financeira. Considerando a situação hipotética marque a alternativa correta:

- a) Genro poderá ajuizar reclamação trabalhista tanto contra a sua empregadora, Alfa Serviços, e subsidiariamente contra o condomínio, como também poderá ingressar com reclamationária contra o grupo econômico Beta e, subsidiariamente, contra o condomínio, reclamando de todos seus direitos rescisórios e indenizatórios;
- b) Caso Genro venha a prestar serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico a que pertence Alfa, serão necessariamente reconhecidos tantos vínculos empregatícios quanto forem as empresas que tomem os serviços de Genro, numa evidente promiscuidade contratual.
- c) A relação de Genro com o condomínio grupo econômico faz surgir dois tipos de responsabilidade solidária: uma ativa e outra passiva. Na responsabilidade passiva, apenas a empresa Alfa é responsável pela satisfação dos créditos trabalhistas e Genro, sendo as demais empresas do grupo econômico responsáveis subsidiárias;
- d) Segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, caso Genro caso apenas a empresa Alfa conste do título executivo judicial, as outras empresas do mesmo grupo econômico, ainda que solidariamente responsáveis entre si pelos créditos trabalhistas de Genro, somente poderão ter seus bens penhorados caso tenham participado de todo o processo de conhecimento.

04. Relicário é empregado da empresa Zeta Garimpagem Ltda. cuja atividade empresarial consiste na exploração de minérios de ferro, bauxita e cassiterita. A empresa extratora de minérios fica localizada em zona de difícil acesso, somente lá chegando em condução especializada. A condução de todo o trajeto é fornecida pelo empregador até a porta da empresa que fica a duzentos metros da rodovia principal. Da porta da empresa até o local da extração do minério, o empregador fornece a condução: burros de carga. Mormente aos fatos acima narrado responda:

- a) se parte do trajeto é servido por transporte público e a outra parte não, caso o empregador forneça condução neste último, sobre ele incidirá as horas *in itinere*;
- b) o fato de o empregador cobrar pela condução descaracteriza as horas *in itinere*;
- c) caso o tempo efetivamente trabalho acrescidas das horas *in itinere* ultrapassem a jornada normal de trabalho de Relicário, este não terá direito de receber pelas horas extras trabalhadas;
- d) o Direito do Trabalho brasileiro não adota a jornada *in itinere*.

05. Alemão ao ser informado que estava de aviso prévio tratou logo de ir procurar emprego comprando jornais e acessando sites de ofertas de trabalho. No dia seguinte a informação de que havia sido demitido, o empregador foi logo lhe avisando que não fizesse corpo mole, pois se isso acontecesse o despediria por justa causa. Diante do fato hipotético aponte a resposta incorreta:

- a) o aviso prévio, tanto trabalho quanto indenizado, é tempo de serviço para todos os efeitos, caso o empregador reconsidere o aviso, se houve anuência de Alemão, o contrato passará a vigorar normalmente, como se o aviso não tivesse sido dado;
- b) ainda que Alemão cometesse falta grave no curso do aviso prévio, tal fato não lhe retiraria o direito às verbas trabalhistas rescisórias e indenizatórias, uma vez que a dispensa sem justa causa patrocinada pelo empregador em hipóteses alguma poderá mudar sua situação;
- c) o aviso prévio, ainda que indenizado, tem o condão de projetar o contrato por 30 dias, fazendo com que a data a ser anotada na carteira de trabalho e previdência social do empregado coincida com a do último dia do aviso;
- d) o abandono de emprego é a única das faltas graves que o empregado pode cometer durante o aviso prévio sem que isso faça com que perca as verbas indenizatórias a que tem direito no caso de dispensa sem justo motivo.

06. Juvenal trabalha no setor de informática de uma grande empresa multinacional. Durante a jornada de trabalho, Juvenal por diversas vezes já foi pego por seus superiores hierárquicos acessando sites como o *orkut*, batendo papos no *msn* sendo por conta disso diversas vezes advertido. Certo dia, Juvenal estava acessando sites de conteúdo eróticos em pleno ambiente de trabalho, inclusive repassando para seus colegas de trabalho as fotos e vídeos ali obtidos, utilizando-se para isso do *e-mail* que lhe foi dado pela empresa. Sabe-se que Juvenal acabou de ser eleito dirigente sindical de sua categoria profissional para um mandato de três anos. Com base na situação hipotética supra, assinale a alternativa incorreta:

- a) obedecidos os procedimentos legais, caso Juvenal viesse a ser demitido pela última falta grave cometida, o empregador a capitularia como incontinência de conduta e Juvenal teria direito a receber como verbas rescisórias apenas o saldo de salários e as férias porventura vencidas.
- b) o fato de Juvenal ser dirigente sindical de sua categoria impede que o empregador simplesmente o dispense por justa causa, sendo necessária a interposição do inquérito judicial para apuração da falta grave cometida;
- c) a desídia do empregado pode ser caracterizada pelo fato de Juvenal não está se dedicando inteiramente ao trabalho, produzindo e dano o máximo de si ao trabalho em virtude de desviar sua atenção com programas de bate-papo virtuais.
- d) Juvenal ao enviar fotos e vídeos a seus colegas de trabalho cometeu bem como desviar sua atenção para circunstâncias alheias ao trabalho cometeu, respectivamente, as faltas de mau procedimento e ato de improbidade.

07. Siri, grávida de um mês, sem informar seu estado gravídico, é contratada por experiência de noventa dias. Ao término do contrato de experiência, seu empregador revela sua intenção de contratá-la em definitivo. Passados três meses, seu empregador descobre que Siri está grávida e a demite por justa causa sob a alegativa de má fé ao assinar o contrato, pois omitiu sua gravidez o que traria prejuízos ao empregador quando de sua licença-maternidade, uma vez que teria de contratar nova empregada para lhe substituir durante referido período. Após análise do caso hipotético supra, aponte a alternativa correta:

- a) Segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador retira da empregada a estabilidade no emprego;
- b) Segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, caso o empregador não tivesse manifestado seu interesse de continuar com os serviços de Siri ao término do contrato de experiência, Siri não teria direito à estabilidade;
- c) o contrato de experiência que tácita ou expressamente for prorrogado mais de duas vezes passará a vigorar sem determinação de prazo;
- d) o empregador pode adotar medidas preventivas de futuros prejuízos, tais como as que se destinam averiguar se a empregada está grávida, requerendo quando da assinatura do contrato atestado negativo de tal condição.

08. Fulaniene, empregada doméstica, lava, passa, varre, cozinha e recolhe diariamente o lixo de sua patroa. Sempre que termina de recolher os detritos domésticos, sente tontura em decorrência do forte odor e começa um prurido (coceira) seguido de pequenas pontinhas vermelhas em suas mãos. Lá se vão vários meses na mesma atividade, até que um dia procura um médico do trabalho e o mesmo afirma que Fulaniene contraiu essa

coceira em virtude do lixo doméstico, passando-lhe remédios para aliviar o prurido no valor mensal de R\$ 20,00 (vinte reais). Com base na situação hipotética, responda:

- a) Fulaniene tem direito a adicional de insalubridade em grau médio (20%) uma vez que o lixo doméstico encontra-se previsto na Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego como substância insalubre;
- b) ao ingressar com reclamação trabalhista contra sua patroa, o laudo pericial constatou que o lixo da residência de sua patroa era por demais insalubre e que daria direito a Fulaniene receber adicional de insalubridade;
- c) o fato de o médico do trabalho ao consultar Fulaniene ter descoberto a insalubridade do lixo doméstico, é suficiente para fundamentar sentença trabalhista reconhecedora de insalubridade, sem qualquer possibilidade de nulidade;
- d) caso Fulaniene tivesse direito a adicional de insalubridade, o percentual em seus graus mínimo, médio ou máximo recairiam sobre seu salário profissional, ou na inexistência deste sobre o salário mínimo.

09. Segundo o entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho aponte afirmativa incorreta:

- a) é possível a concessão de justiça gratuita a empregador que demonstre sua incapacidade econômica, presumindo-se tal incapacidade quando se trate de entidades filantrópicas sem finalidade lucrativa;
- b) não cabe mandado de segurança contra ato de juiz que determina a reintegração de empregado não detentor de estabilidade;
- c) a natureza jurídica do depósito recursal é de garantia do juízo;
- d) no caso de terceirização ilícita, quando o vínculo empregatício se forma diretamente com a empresa tomadora dos serviços, a empresa de terceirização é ilegítima passiva para figurar no pólo passivo da demanda trabalhista.

10. Inconformado com decisão que lhe foi desfavorável, Cirilo decide entrar com recurso da referida decisão. No entanto, a decisão foi claramente omissa em alguns pontos da reclamação trabalhista proposta por Cirilo. Opostos embargos declaratórios, o juiz resolveu o incidente apenas dizendo que não havia qualquer omissão a ser sanada. Aponte a assertiva correta:

- a) os embargos de declaração opostos suspendem o prazo para o recurso principal. Ante o fato da omissão apontada, os embargos têm efeitos infringentes pelo que o juiz não precisa abrir prazo para a outra parte para manifestação;
- b) segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, sendo omissa a sentença em alguns pontos do pedido, a não interposição de embargos de declaração para saneamento da omissão prejudicaria o recurso de Cirilo quanto aos pedidos omissos na sentença;
- c) no caso de o juiz negar a gratuidade processual a Cirilo, para que este recorra da decisão desfavorável, necessário serão o pagamento das custas de dois por cento sobre o valor da condenação e a realização do depósito recursal;
- d) segundo entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho, caso as custas ou depósito recursal sejam pagos a menor, com diferença ínfima apenas de centavos, tal fato não tem o condão de prejudicar o recurso interposto.

11. Após celebração de acordo na Justiça do Trabalho, determinado reclamante alega que somente realizou o acordo porque estava sob forte coação: o preposto do empregador tinha sua filha sob a mira de um revólver, telefonando-lhe na hora da audiência e informando que caso não celebrasse o acordo sua filha morreria. Diante do caso hipotético supra, aponte a assertiva incorreta:

- a) o acordo é decisão irrecorrível para as partes e para o INSS, de modo que o trânsito em julgado da decisão ocorre no instante da prolação da sentença homologatória, podendo o ato judicial ser atacado somente mediante interposição de ação declaratória de nulidade de ato jurídico;
- b) quando o acordo versar sobre parcelas de natureza indenizatória, o INSS terá legítimo interesse de recorrer;
- c) segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, o acordo, como decisão irrecorrível, somente pode ser atacado mediante ação rescisória;
- d) segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, não cabe mandado de segurança contra ato do juiz que se nega a homologar acordo, uma vez que tal ato se consubstancia em mera faculdade do magistrado.

12. Segundo o entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho responda corretamente:

- a) caso a procuração do advogado seja *apud acta* será impossível referido procurador interpor qualquer recurso por falta de procuração expressa;
- b) os honorários advocatícios na justiça do trabalho, nunca superiores a 20%, não decorrem pura e simplesmente da sucumbência, devendo o reclamante estar assistido por advogado do sindicato de sua categoria e ser pobre na forma da lei;
- c) é cabível recurso de revista da decisão de TRT que negou horas extras a empregado.
- d) a simples interposição de reclamação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição.

13. Em sede de recurso ordinário, o TRT de determinada região resolveu um dos um dos pedidos do recorrente por quatro fundamentos diferentes. Com relação ao pedido de reforma da decisão recorrida que deferiu honorários advocatícios de sucumbência a advogado particular no processo do trabalho o acórdão do TRT foi omissivo. Com base nas informações aponte a incorreta:

- a) segundo entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho, a fim de que o recurso de revista “suba” para o TST com relação ao deferimento de honorários advocatícios a advogado particular na Justiça do Trabalho, o recorrente primeiro precisa fazer com que a matéria seja prequestionada para somente então interpor o competente recurso de revista;
- b) considera-se prequestionada a matéria quando a decisão recorrida adota tese explícita sobre a matéria objeto do recurso;
- c) segundo entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho, os embargos de declaração podem ter função de prequestionar matéria para recurso;
- d) segundo entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho, com relação ao pedido resolvido pelo TRT por quatro fundamentos diferentes, é preciso que o recorrente aponte jurisprudência divergente em pelo menos três para que o recurso de revista “suba” ao TST.

14. Em determinada audiência de instrução trabalhista, em procedimento sumaríssimo, o advogado do empregador teve sua prova encerrada devido ao fato de que suas testemunhas não haviam comparecido. Inconformado, o advogado protestou e fez constar seu protesto em ata. Diante dos fatos aponte a assertiva incorreta:

- a) segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, o fato de uma testemunha ter litigado ou estar litigando contra o mesmo empregador objeto de demanda de outro empregado não a torna suspeita para testemunhar;
- b) as decisões interlocutórias no processo do trabalho são de logo resolvidas pelo juiz ou tribunal, sendo possível sua reapreciação quando da interposição do recurso principal;
- c) segundo entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, o mandado de segurança não se presta para atacar as decisões interlocutórias da Justiça do Trabalho quando houver malferimento a direito líquido e certo;
- d) o fato de o rito ser o sumaríssimo faz com que a possibilidade de o juiz determinar a intimação das testemunhas faltosas esteja condicionada à prova da intimação das mesmas;

15. Determinado empregado ingressou com reclamação trabalhista na 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Na primeira audiência o empregado não comparece. Dias depois entra com uma segunda reclamação trabalhista, idêntica a primeira. Essa última foi distribuída para a 10ª Vara do Trabalho e mais uma vez ausente o reclamante. Dias depois, o mesmo reclamante ingressou com a terceira reclamação. De posse da situação supra, aponte a alternativa correta:

- a) segundo entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho, caso a reclamação trabalhista seja arquivada ela não tem o condão de interromper a prescrição;
- b) caso a terceira reclamação trabalhista venha a ser também arquivada, ocorrerá o fenômeno da preempção que é a perda por parte do empregado do direito de reclamar contra o mesmo empregador;
- c) segundo entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o empregador poderá se fazer representar em audiência pelo gerente ou preposto, desde que sejam, regra geral, necessariamente empregados;
- d) a revelia no processo do trabalho se dá com a ausência de contestação.

16. Acerca dos princípios processuais, assinale a assertiva correta:

- a) O princípio do duplo grau de jurisdição está expresso no ordenamento jurídico.
- b) O princípio do contraditório não ocorre no processo de execução, posto que nesse processo não se objetiva o reconhecimento da existência de um direito.
- c) Ao analisar as provas o juiz aplica o princípio da livre convicção íntima.
- d) O princípio do impulso oficial significa que o juiz determina o andamento do processo independentemente de requerimento das partes.

17. Acerca dos pressupostos processuais e das condições da ação, assinale a assertiva correta:

- a) O interesse processual é um dos pressupostos da relação processual.
- b) Ocorre carência de ação quando no processo não se encontra presente uma, ou mais, das condições da ação.
- c) A existência de citação é uma das condições da ação.
- d) A ausência das condições da ação deve ser alegada na contestação, sob pena de ocorrer preclusão.

18. Acerca da resposta do réu, assinale a assertiva correta:

- a) A revelia é a ausência de contestação. Sempre que ela ocorre o juiz deve julgar antecipadamente a lide.

- b) Caso o réu pretenda apresentar contestação e reconvenção, deve ele apresentar ambas simultaneamente em peças separadas.
- c) A exceção é processada nos próprios autos.
- d) Caso o réu não efetue a impugnação específica de um fato alegado pelo autor no momento da contestação, terá ele oportunidade para efetuar a impugnação no prazo de dez dias após a contestação.

19. Acerca do cumprimento de sentença e do processo de execução, assinale a assertiva correta:

- a) Nem todo processo de execução necessita de título executivo.
- b) A obrigação de pagar reconhecida em sentença não necessita de processo de execução autônomo para concretizá-la.
- c) Caso o devedor queira apresentar embargos na execução autônoma de obrigação de pagar em face de devedor solvente, deve ele realizar a prévia segurança do juízo.
- d) A apresentação de embargos pelo devedor acarreta a automática suspensão do processo de execução.

20. Acerca dos recursos, assinale a assertiva correta:

- a) Tanto as sentenças que extinguem o processo com julgamento do mérito, como aquelas que o extinguem sem julgamento do mérito, são atacadas por apelação.
- b) Jamais pode o juiz alterar sua própria sentença em face da interposição de apelação.
- c) O agravo de instrumento tem efeito suspensivo concedido por lei.
- d) Tanto o recurso especial como o extraordinário somente são conhecidos e processados se apresentarem o requisito da repercussão geral.

21. Acerca do processo cautelar, assinale a assertiva correta:

- a) Caso o juiz conceda a medida cautelar liminarmente, e se trate de cautelar preparatória, deve o requerente ajuizar a ação principal no prazo de trinta dias a contar da efetivação da medida sob pena de essa medida perder sua eficácia.
- b) O autor não pode efetuar pedido de medida cautelar a título de antecipação de tutela no processo de conhecimento.
- c) O arresto é a apreensão de bem objeto de litígio em um processo de conhecimento.
- d) O juiz não pode conceder medida cautelar *inaudita altera pars*, sob pena de ofender o princípio do contraditório.

22. Acerca da competência, assinale a assertiva correta:

- a) A incompetência territorial não é afetada pela preclusão.
- b) A prorrogação da competência pode ocorrer nos casos de competência absoluta.
- c) A incompetência absoluta deve ser alegada na contestação.
- d) Quando duas ações conexas tramitam em varas localizadas na mesma circunscrição territorial, o juízo considerado preventivo é aquele que efetivar a citação em primeiro lugar.

23. Acerca das partes e do litisconsórcio, assinale a assertiva correta:

- a) A pessoa natural que conta com doze anos de idade não tem capacidade processual.
- b) Apenas pessoas jurídicas e naturais têm capacidade processual.
- c) O litisconsórcio é a cumulação objetiva no processo.
- d) Todo litisconsórcio necessário também é unitário.

24. Acerca da assistência e da intervenção de terceiros, assinale a assertiva correta:

- a) Na nomeação à autoria existe lide entre nomeante e nomeado.
- b) A oposição pode ser apresentada após a prolação da sentença.
- c) Na assistência litisconsorcial que ocorre no pólo passivo, caso o assistido reconheça a procedência do pedido do autor deve o processo prosseguir em relação ao assistente.
- d) Pode o autor realizar chamamento ao processo.

25. Acerca da antecipação de tutela e da sentença, assinale a assertiva correta:

- a) A sentença que extingue o processo sem análise de mérito não necessita ser fundamentada.
- b) Antecipação de tutela e julgamento antecipado da lide são o mesmo instituto processual.
- c) A sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito produz o efeito da coisa julgada material.
- d) A antecipação da tutela pode ser deferida a qualquer tempo pelo juiz de primeiro grau, inclusive na própria sentença.

26. Em relação ao direito das sucessões, assinale a assertiva correta:

- a) Na hipótese de morrer o avô e renunciando à sua herança seu único filho, e este tiver descendentes, os netos do *de cuius* não receberão a herança que caberia ao renunciante invocando o direito de representação, pois os bens do espólio passarão à viúva-meeira na qualidade de herdeira na classe subsequente.
- b) As pessoas jurídicas têm capacidade sucessória passiva para serem aquinhoadas por testamento, desde que existam no momento da morte do testador.
- c) Caso dois netos representem o pai, já morto, na sucessão do avô, na hipótese de um dos netos renunciar à herança, a parte renunciada será acrescida à parte do outro.

d) Na ordem de sucessão hereditária, o cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime adotado no casamento, concorre com os descendentes do falecido.

27. Acerca dos contratos, segundo as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

- A) O fiador, ainda que solidário, pode exonerar-se da fiança se, sem seu consentimento, o credor conceder moratória ao devedor.
- B) No contrato bilateral, as partes assumem obrigações recíprocas, sendo cada obrigação a causa jurídica da outra. Assim, as partes devem cumprir simultaneamente suas obrigações recíprocas.
- C) Todos os contratos bilaterais possuem cláusula resolutiva expressa, ou seja, a parte lesada pelo inadimplemento pode requerer judicialmente a rescisão do contrato com perdas e danos, ainda que não exista previsão expressa no pacto.
- D) Pelo contrato de depósito voluntário, o depositário recebe um objeto móvel ou imóvel para guardá-lo ou conservá-lo, até que o depositante o reclame. De acordo com a nova sistemática introduzida pelo sistema jurídico brasileiro, foi abolida a prisão civil do depositário que não restituir a coisa depositada voluntariamente, devendo o contrato resolver-se em perdas e danos.

28. Clóvis adquiriu de Florivaldo a propriedade de um lote de terreno urbano, mediante escritura pública de compra e venda, devidamente averbada no Cartório de Registro de Imóveis. Todavia, posteriormente, tomou conhecimento de que o seu bem havia sido invadido, tendo sido construídos, em curto espaço de tempo, vários cômodos de alvenaria no interior de seu lote. O documento de identidade de Clóvis fora falsificado, o que permitiu a outorga de procuração pública em seu nome para uma terceira pessoa – Manoel – com cláusula “em causa própria”, com poderes para alienar o imóvel. Comprovou-se que a procuração em questão não era autêntica, pois fora outorgada por outra pessoa que se utilizara de documentos falsos do proprietário.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta:

- a) A aquisição do imóvel, mediante procuração falsa, é nula, uma vez que toda a transação de venda foi efetuada sem a anuência de seu legítimo proprietário.
- b) Caberá a Manoel, por seu adquirente de boa-fé, buscar a indenização contra o praticante de fraude, não sendo lícita a sua pretensão de indenização pelo legítimo proprietário pelas benfeitorias realizadas no terreno nem lhe assistindo o direito de retenção.
- c) Manoel não perderá o domínio do imóvel, por ser adquirente de boa-fé e em razão da presunção de veracidade gerada pelos documentos públicos.
- d) Na hipótese, trata-se de procuração em causa própria, com amplos poderes, até mesmo para alienar imóvel, deixando de ser autorização representativa e presumindo-se a transferência da posse e propriedade ao outorgado. Constitui, assim, um título translativo da propriedade e não mero mandado.

29. No que se refere aos efeitos do divórcio, de acordo com a legislação pertinente, assinale a opção correta.

- a) Homologado ou decretado por sentença, o divórcio não atinge ou suprime os efeitos produzidos pelo casamento antes de seu pronunciamento, logo, possui efeito *ex nunc*.
- b) O divórcio modifica os direitos e deveres dos pais entre si em relação aos filhos.
- c) É possível, após o divórcio, o restabelecimento da sociedade conjugal sem novo casamento.
- d) O cônjuge que renuncia a alimentos no acordo de divórcio, segundo a jurisprudência do STJ, pode posteriormente exigí-los, caso deles venha a necessitar, porque os alimentos são irrenunciáveis.

30. Quanto aos alimentos, julgue os itens seguintes, designando a alternativa correta.

- (A) A decisão que decreta a prisão do devedor pelo descumprimento de encargo alimentar é atacável via habeas corpus.
- (B) A exclusão dos mais remotos pelos mais próximos, entre os ascendentes impede que possam aqueles ser chamados para suplementar a pensão alimentícia devida.
- (C) Nas ações de alimentos, a sentença que condenar o réu a quantia superior àquela pleiteada pelo autor constitui julgamento ultra petita.
- (D) O juiz pode decretar a prisão do devedor de alimentos, ainda que se trate de execução provisória.

31. No que concerne aos defeitos do negócio jurídico é correto afirmar:

- (A) O falso motivo vicia a declaração de vontade em qualquer hipótese, causando a anulação do negócio jurídico por erro.
- (B) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- (C) A ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial podem gerar a anulação do negócio jurídico por coação.
- (D) O dolo accidental não gera a anulação do negócio jurídico, podendo ensejar, apenas, reparação por perdas e danos.

32. Assinale a opção correta, no que se refere à responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao meio ambiente e ao consumidor, previstos, respectivamente, no código Civil, na Lei nº 6.938/1981 e na lei nº 8.078/1990.

- (A) A responsabilidade civil decorrente de dano ecológico exclui a possibilidade de responsabilização penal ou administrativa.
- (B) No Código Civil, a regra é da responsabilidade civil objetiva, assim como no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.
- (C) Na responsabilização civil por dano ecológico, há necessidade de se provar a culpa do agente.
- (D) No Código Civil, os relativamente incapazes são passíveis de responsabilização civil.

33. Sobre os vícios redibitórios, é correto afirmar:

- (A) São defeitos ocultos existentes na coisa alienada, objeto de qualquer tipo de contrato.
- (B) Ocorrendo vício redibitório pode o adquirente rejeitar a coisa ou conservar o bem e reclamar abatimento no preço sem acarretar a redibição do contrato, através da ação estimatória ou *quantum minoris*.
- (C) Se o alienante tinha ciência do vício oculto, deverá restituir o que recebeu, sem perdas e danos.
- (D) Se a coisa vier a perecer em poder do alienatário, em razão do defeito já existente ao tempo da tradição, o alienante não terá de restituir o que recebeu.

34. Com relação às características doutrinárias e legais do instituto da posse, vigente no Código Civil, assinale a opção correta.

- a) Para Savigny, a caracterização da posse decorre da presença de dois elementos: um subjetivo (*corpus*) e o outro objetivo (*animus*).
- b) Todo aquele que detém posse *ad interdicta* está autorizado a usucapir.
- c) Para Ihering, possuidor é aquele que se conduz como se proprietário fosse.
- d) O Código Civil adotou, em todos os seus dispositivos, a teoria de Ihering, também chamada de teoria objetiva.

35. Assinale a opção correta.

- (A) O contrato preliminar sujeita-se à forma do principal.
- (B) Com algumas ressalvas, entre as quais, a disposição, legal ou contratual, em contrário, presume-se que o pagamento é quesível.
- (C) Se Pedro deve doze quilos de café a João, que, por sua vez, deve vinte litros de leite àquele, então as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.
- (D) A obrigação prescrita não pode ser confirmada pela novação

36. Tratando-se dos poderes administrativos, correlacione as duas colunas, vinculando a cada situação o respectivo poder:

- 1- poder hierárquico
- 2- poder disciplinar
- 3- poder discricionário
- 4- poder de polícia
- () penalidade em processo administrativo
- () nomeação para cargo de provimento em comissão
- () delegação de competências
- () limitação do exercício de direitos
- a) 2/3/1/4
- b) 4/2/1/3
- c) 4/3/2/1
- d) 2/1/3/4
- e) 4/2/3/1

37. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É nula a dispensa de servidor público estável, sem o regular processo administrativo.
- (B) É nula a simples dispensa de servidor titular de cargo de provimento em comissão, de livre nomeação, sem o regular processo administrativo.
- (C) É nula a dispensa de servidor público em estágio probatório, sem o regular processo administrativo.
- (D) É nula a dispensa de servidor público estável pelo único fato de sua eleição e posse para exercer mandato eletivo.

38. Ressalvados outros requisitos porventura aplicáveis, a alienação de bens imóveis da Administração Direta dependerá da caracterização destes como bens:

- a) de uso comum do povo ou de uso especial, devendo ser precedida de avaliação e licitação na modalidade de concorrência.
- b) dominicais, devendo ser precedida de avaliação e licitação na modalidade de concorrência.
- c) de uso especial ou dominicais, devendo ser precedida de avaliação e licitação, em qualquer das modalidades previstas em lei.
- d) de uso especial ou dominicais, devendo ser precedida de licitação, em qualquer das modalidades previstas em lei, dispensada prévia avaliação.

39. Julgue os seguintes itens, relativos aos atos administrativos, marcando a opção incorreta.:

- a) O ato praticado com desvio de finalidade não é passível de convalidação, devendo ser anulado pela própria administração pública ou pelo poder judiciário, ainda que se trate de ato discricionário.
- b) Atos vinculados, atos exauridos e aqueles que gerem direitos adquiridos poderão ser revogados pela administração pública, ainda que sua prática manifeste-se inconveniente ou inoportuna para o administrador.
- c) Decorre da auto-executoriedade, atributo do ato administrativo, a prerrogativa de o poder público dar efetividade a seus atos, sem que haja necessidade de prévia autorização judicial.
- d) Concessão de aposentadoria compulsória, de aposentadoria voluntária e de alvará para construir são exemplos de atos administrativos vinculados.

40. Sobre a administração indireta é correto afirmar que:

- a) é descentralização administrativa constituída de um conjunto de órgãos e pessoas integrado de ministérios, secretarias, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- b) é o conjunto de pessoas jurídicas de direito público integrado pelas autarquias, fundações e empresas públicas;
- c) é o conjunto de pessoas jurídicas e órgãos públicos criados por lei para realização de serviços públicos;
- d) é o conjunto de pessoas jurídicas de direito público e privado, integrado por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

41. O atributo que se distingue pela característica de o ato administrativo se impor a terceiros, independentemente de sua concordância, denomina-se:

- a) tipicidade
- b) auto-executoriedade
- c) imperatividade
- d) presunção de legitimidade

42. A Ordem dos Advogados do Brasil é

- a) órgão público
- b) organização social
- c) entidade privada
- d) autarquia

43. Assinale, entre as entidades abaixo, aquela que não se submete à responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

- a) FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.
- b) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
- c) ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.
- d) REDE GLOBO DE TELEVISÃO

44. A contagem do prazo para estabilidade do servidor público se inicia com a/o:

- a) publicação da nomeação;
- b) homologação do concurso;
- c) efetivo exercício de suas funções;
- d) assinatura do termo de posse;

45. É exceção à regra de vedação de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, a acumulação de:

- a) dois ou mais cargos de professor;
- b) dois cargos de professor
- c) um cargo técnico ou científico com outro de médico
- d) dois cargos técnicos ou científicos

46. Atendendo as condições e os limites da lei, o Poder Executivo pode alterar as alíquotas dos seguintes tributos:

- a) Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Grandes Fortunas, Imposto sobre Operações Financeiras e Imposto de Renda
- b) Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto de Exportação, Imposto de Importação e Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
- c) Imposto Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços de Transportes e Comunicações, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
- d) Imposto sobre Operações Financeiras, Imposto de Exportação, Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados

47. No sistema tributário, é correto afirmar que:

- a) existem a solidariedade ativa e a solidariedade passiva;
- b) a solidariedade pode decorrer da vontade das partes, comumente nos casos de constituição regular das sociedades comerciais em que se insere cláusula nesse sentido, quando ocorrer a sua extinção, fusão ou transformação;
- c) somente é admitida solidariamente passiva;
- d) a solidariedade pode comportar o benefício de ordem.

48. O cancelamento, por lei, de débitos fiscais até determinado valor, abrangendo tanto aqueles relativos aos tributos quanto aqueles decorrentes de penalidades pecuniárias por infrações, consubstancia:

- a) anistia fiscal;
- b) remissão fiscal;
- c) anistia fiscal quanto aos tributos e remissão fiscal quanto às penalidades;
- d) transação.

49. O lançamento por homologação ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa e opera-se pelo ato em que referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. Se a lei do tributo não fixar o prazo para a homologação, será ele de cinco anos. Expirando esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se definitivamente extinto o crédito, consoante dispõe o Código Tributário Nacional. O prazo de que dispõe a Fazenda Pública para a homologação é:

- a) de decadência e tem seu início da data da ocorrência do fato gerador;
- b) de decadência e tem seu início da data do pagamento antecipado;
- c) de prescrição e tem seu início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador;
- d) de decadência e tem seu início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o pagamento antecipado.

50. Assinale a alternativa certa.

- a) O domicílio tributário não poderá ser escolhido pelo contribuinte;
- b) O domicílio tributário eleito pelo contribuinte em nenhuma hipótese poderá ser recusado pela autoridade administrativa;
- c) A residência das pessoas físicas não pode ser escolhida como domicílio tributário;
- d) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, no caso de impossibilitar a fiscalização do tributo.

51. Quando o sujeito passivo formula consulta em tempo hábil, ou seja, dentro do prazo legal para o pagamento do tributo:

- I – não são devidos os juros de mora.
- II – são devidos os juros de mora.

III – não é devido multa.

- a) A II e a III estão incorretas;
- b) A I e a II estão incorretas;
- c) A I e a III estão incorretas;
- d) A II é a única incorreta.

52. Assinale a alternativa correta. A obrigação tributária principal corresponde a:

- a) fazer o pagamento do tributo e da multa;
- b) emitir a nota fiscal;
- c) escriturar os livros fiscais;
- d) não rasurar os documentos fiscais;

53. Na hipótese de o aplicador de lei tributária que comina penalidades ficar em dúvida quanto à graduação da pena, deverá interpretar a norma, e relação ao acusado, de modo

- a) analógico;
- b) benigno;
- c) equitativo;
- d) literal;

54. A União pode criar outros impostos não discriminados na Constituição de 1988, desde que sejam não-cumulativos, não tenham fato ou base de cálculo próprios dos nela discriminados, mediante

- a) lei complementar
- b) lei delegada
- c) lei ordinária
- d) lei orçamentária

55. O princípio da anterioridade da lei aplica-se

- a) aos impostos sobre o comércio exterior
- b) às contribuições para seguridade social
- c) aos impostos sobre a produção e circulação
- d) aos impostos sobre o patrimônio e a renda.

56. A respeito dos direitos e garantias individuais, assinale a opção correta.

- a) o mandado de segurança não pode ser utilizado no âmbito penal, assim como o habeas corpus não pode ser utilizado na Justiça do Trabalho.
- b) para propor ação popular, é indispensável que o interessado demonstre a condição de brasileiro no exercício dos direitos políticos. Trata-se, portanto, de instrumento jurídico de cidadania, cujo proponente ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo em caso de comprovada má-fé.
- c) o servidor público tem direito adquirido ao regime jurídico, sendo defeso alterar as disposições legais existentes no momento do início do exercício do cargo.
- d) o habeas data é o instrumento adequado para afastar ilegalidade de privação do direito de liberdade. Esse writ, inaugurado, entre na Carta Política de 1988, tem caráter personalíssimo e somente pode ser impetrado após o esgotamento das instâncias administrativas.

57. No que se refere ao direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- a) O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual são normas diferentes, sendo os respectivos projetos da iniciativa privativa do presidente da República.
- b) segundo a Lei Fundamental, em seu art. 228, "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial". Para a doutrina dominante a jurisprudência corrente do STF, esse dispositivo constitucional é cláusula pétreia.
- c) seria absolutamente inconstitucional proposta de emenda que alterasse o art. 22, I, da Constituição Federal, retirando do rol de competência legislativa privativa da União a matéria direito penal e, conseqüentemente, passasse tal competência aos estados, tendo em vista sua competência remanescente.
- d) os Conselhos da República e de Defesa Nacional auxiliam o presidente da República, o vice-presidente e os Ministros de Estado no exercício do Poder Executivo. Aliás, a Constituição Federal veda que o presidente e o vice-presidente da República se

ausentem do País ao mesmo tempo, impondo-lhes, neste caso, a pena de perda dos cargos.

58. Antes da decisão do STF no sentido de inconstitucionalidade da cláusula de barreira na próxima legislatura do Congresso Nacional, legendas como PPS, PV e PTB procuraram estratégias para garantir a sua sobrevivência. A cláusula estabelece como condição para que um partido político tenha direito ao funcionamento parlamentar ter recebido 5% dos votos do eleitorado nacional e pelo menos 2% em nove unidades da federação. O caminho a ser seguido pela maioria dos 14 partidos que não conseguiram atingir a regra seria a fusão com outras legendas. O PL, que elegeu 26 deputados federais em 1º de outubro, deveria se unir ao PRONA e ao PSC. Com a fusão, os partidos passariam a reunir 38 parlamentares, superariam a regra, mas necessitariam constituir novo partido político.

Internet: <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Considerando o texto acima, assinale a opção correta.

- a) a Constituição Federal admite a fusão de partidos políticos sem restrições, já que o pluripartidarismo é um dos objetivos da República Federativa do Brasil.
- b) o novo partido que surgir da fusão das legendas mencionadas no texto adquirirá personalidade jurídica quando registrar seu estatuto no TSE.
- c) a estrutura interna do novo partido político que advier da fusão mencionada no texto será definida de modo padronizado pela justiça eleitoral.
- d) o novo partido político resultante da fusão referida no texto não pode ter finalidade paramilitar.

59. Em relação às medidas provisórias (MPs), assinale a opção correta.

- a) a aprovação com quorum de maioria absoluta permite o trato de assuntos reservados pela Constituição à lei complementar.
- b) não se admite a utilização de MP em matéria de direito eleitoral, direito penal, direito processual penal, direito processual civil, mas se admite MP em matéria relativa a orçamento e créditos adicionais.
- c) o período do recesso forense no âmbito da justiça eleitoral pode ser definido por MP.
- d) as MPs têm vigência de 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período e serão votadas em sessão conjunta do Congresso Nacional.

60. Acerca do núcleo de direitos e garantias fundamentais constante do catálogo constitucional brasileiro, julgue os itens que se seguem e aponte a assertiva correta.

- a) no Brasil, o voto é facultativo para os analfabetos, para os maiores de 60 anos de idade e também para os cidadãos maiores de 16 e menores de 18 anos de idade.
- b) são realizadas simultaneamente eleições para os cargos de presidente da República, senador e deputado estadual.
- c) o presidente da República, os governadores estaduais e o do Distrito Federal e os prefeitos municipais podem candidatar-se à reeleição, para um único período subsequente, devendo renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes da eleição.
- d) o legislador infraconstitucional não tem autorização, em nenhuma hipótese, para restringir direitos e garantias individuais consagrados no texto constitucional.

61. Julgue os itens que se seguem sobre institutos do direito constitucional e assinale a alternativa correta.

- a) brasileiros naturalizados não podem ser candidatos à presidência da República nem ao Senado Federal, mas podem ser candidatos a governador e a deputado federal.
- b) as imunidades parlamentares subsistirão durante o estado de sítio, somente podendo ser suspensas por decisão da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva no caso de o parlamentar praticar ato considerado incompatível com a execução da medida, ainda que no recinto de sua Casa Legislativa.
- c) as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e, em decorrência disso, podem determinar a quebra de sigilo fiscal, bancário ou telefônico, sem restrições, desde que a determinação guarde conexão, devidamente fundamentada, com o objeto central da investigação.
- d) tendo em vista expressa previsão constitucional nesse sentido, os partidos políticos não serão obrigados, nas próximas eleições, a obedecer à lógica da verticalização. Nas eleições de 2006, embora já tivesse sido editada emenda constitucional liberando as agremiações partidárias para se coligarem ou deixarem de fazê-lo como bem entendessem, o STF, respeitando o princípio da anterioridade eleitoral, decidiu que ainda se aplicariam as regras da verticalização àquele pleito.

62. Diz o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004: "No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusa-lo pela manifestação de dois terços de seus membros." Levando em conta a classificação de José Afonso da Silva sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, essa constitui um claro exemplo de norma constitucional:

- a) de eficácia plena.
- b) de eficácia contida ou restringível.
- c) de eficácia limitada, já tendo sido regulamentada pela Lei nº 11.418/06.
- d) de princípio institutivo.

- 63. Seria compatível com a Constituição da República uma lei do estado do Ceará que estabelecesse que**
- a realização de manifestações políticas em lugares públicos deveria ser previamente autorizada pelas autoridades policiais.
 - os professores de ensino religioso da rede pública de ensino deveriam ser adeptos de religiões cristãs.
 - 50% dos cargos comissionados da administração estadual deveriam ser ocupados por servidores investidos em cargos de provimento efetivo.
 - todo habitante das zonas urbanas deveria ser membro da associação de moradores do seu bairro.

64. Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir e marque a opção correta.

- pode-se afirmar que os membros da magistratura gozam das mesmas garantias constitucionais e sofrem as mesmas vedações que atingem os membros do Ministério do Ministério Público.
- o STF poderá editar, por decisão de dois terços de seus membros, súmula vinculante que terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica, não sendo, contudo admitida reclamação contra ato administrativo ou decisão judicial que deixe de cumprir a orientação sumulada ou que a aplique indevidamente.
- aos juízes federais compete processar e julgar, originariamente, a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação. O exequatur e a homologação referidos são de competência do STF, segundo o comando constitucional.
- os crimes políticos são processados e julgados pelo STF, em grau de recurso extraordinário.

65. Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes e aponte a opção correta.

- não existe qualquer ação judicial que viabilize o controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal contestado em face da Constituição Federal.
- segundo a jurisprudência dominante do STF, a ação civil pública pode funcionar como sucedânea ou substituta da ação direta de inconstitucionalidade.
- proposta ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade, perante o STF, não cabe desistência. Também se há falar de intervenção de terceiros na tramitação dessas ações constitucionais. A figura do *amicus curiae* é, contudo, admitida, mediante expressa decisão da maioria absoluta do Pleno.
- a arguição de descumprimento de preceito fundamental é regida pelo princípio da subsidiariedade e pode ser intentada pelos mesmos legitimados para propor a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

66. No caso de crime impossível é correto afirmar:

- Se os meios empregados são ineficazes para alcançar o resultado, mesmo que o agente acredite que são eficazes e aja para evitar o resultado, haverá crime impossível e não arrepentimento eficaz.
- Se houver absoluta ineficácia do meio a tentativa é atípica, mas punível.
- A ausência da menção da inidoneidade no art. 17 do Código Penal, que só trata da ineficácia do meio e da impropriedade do objeto, não pode ser resolvida com a analogia *in bonam partem*.
- Nos casos de flagrante preparado, porque o bem está inteiramente protegido, não se pode dizer que há crime impossível.
- Para sua configuração é necessário tanto que o meio seja absolutamente ineficaz, quanto que o objeto seja absolutamente impróprio.

67. Agnelo foi acusado de praticar quatro roubos e dois furtos no decorrer de 2001. Pela prática de dois roubos foi condenado definitivamente em 2003, quanto aos outros dois crimes de roubo pende recurso da defesa, em um, e da acusação, no outro. Pela prática de um crime de furto foi condenado definitivamente em 2002, no outro processo, a sentença condenatória transitou em julgado para a defesa e o Ministério Público recorreu. Pode-se afirmar, tendo em vista a Parte Geral do Código Penal de 1984, que Agnelo é

- reincidente específico em crime de furto, porque já tem duas condenações pela prática desse crime.
- reincidente específico em crime de roubo, porque só transitou em julgado para as partes sentença condenatória relativa a crime de roubo.
- reincidente, mas não específico, porque na reforma, de 1984, da Parte Geral do Código Penal, não foi adotada a figura da reincidência específica.
- primário, pois não consta tenha cometido novo crime após o trânsito em julgado de sentença penal que o tenha condenado por crime anterior.
- tecnicamente primário, conforme prevê a Parte Geral do Código Penal, pois, embora não conste que tenha cometido novo crime após o trânsito em julgado de decisão penal condenatória já tem outras condenações.

68. No tocante ao estado de necessidade, é correto afirmar que o Código Penal Brasileiro:

- (A) menciona expressamente, como requisito, que o perigo deva ser atual ou iminente.
- (B) exige, de forma expressa, que a situação de perigo não tenha sido causada dolosamente pelo sujeito.
- (C) exige que a agressão seja injusta para que o agente possa agir amparado por tal excludente.
- (D) adotou a teoria unitária.
- (E) admite o “estado de necessidade exculpante”.

69. A mulher que ingere substância abortiva, com o intuito de provocar um aborto, supondo, erroneamente, estar grávida, realiza o que a doutrina penal denomina de:

- (A) delito putativo por obra do agente provocador.
- (B) delito putativo por erro de proibição.
- (C) erro de tipo.
- (D) delito putativo por erro de tipo.
- (E) erro de proibição.

70. A respeito da tentativa, é correto afirmar:

- (A) Trata-se de uma ampliação, contida na parte especial do Código Penal, da proibição típica.
- (B) Há tentativa a partir da prática dos atos que antecedem o começo da execução até o momento da consumação.
- (C) Não há co-autoria em crime tentado.
- (D) Enquanto os atos preparatórios ingressam no âmbito do proibido, os atos da tentativa não ingressam.
- (E) Se falta algum elemento objetivo do tipo não se pode falar em tentativa.

71. Julgue os itens abaixo:

I - Com a utilização de uma arma de brinquedo, João subtraiu de uma pessoa o relógio e a carteira contendo documentos pessoais, cartões de crédito e R\$ 300,00 em espécie. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, João responderá por crime de roubo qualificado pelo emprego de arma.

II - Quem, na qualidade de funcionário público, exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, pratica o crime de corrupção passiva.

III - Caio rendeu Maria na porta de sua casa e, mediante grave ameaça, obrigou-a a ir ao caixa automático mais próximo e constrangeu-a a realizar um saque no valor de R\$ 200. Logo após, subtraiu dela também seus pertences (relógio, carteira, jóias). Segundo o STJ, Caio praticou os crimes de roubo e extorsão, em concurso material.

- A) os enunciados I, II e III estão corretos.
- B) apenas os enunciados II e III estão corretos.
- C) apenas o enunciado III está correto.
- D) apenas o enunciado II está correto.

72. Julgue os itens abaixo.

I Uma pessoa pratica o delito de constrangimento ilegal quando, mediante violência, retira do bolso de outra quantia que esta última lhe deve e se recusa a pagar.

II Constitui hipótese de crime impossível o estupro de uma prostituta.

III No crime de injúria, é atingida a honra subjetiva da vítima; na difamação, a honra objetiva; na calúnia, ocorre a imputação falsa de um fato definido como crime.

IV Há crime continuado quando o agente pratica dois ou mais crimes de espécies diferentes, mas em condições de tempo, lugar e maneira de execução semelhantes, fazendo presumir que os subseqüentes sejam continuação do primeiro.

V Lei posterior, que, de qualquer modo, favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, desde que não tenha sido transitada em julgado sentença condenatória.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

73. Tibúrcio, para não perder o início de um jogo de futebol, dirigia seu veículo com excesso de velocidade em ruas movimentadas. Percebeu, então, a possibilidade de atropelar alguém, mas confiando em sua habilidade e nos bons freios do carro, acreditava poder chegar a tempo sem maiores transtornos. O acidente, porém, ocorreu, com o atropelamento e morte de um pedestre que foi atingido pelo veículo de Tibúrcio. Trata-se de um caso de:

- A) homicídio doloso, com dolo eventual;
- B) homicídio culposo, com culpa consciente;
- C) conduta atípica, pois trata-se de caso fortuito;
- D) homicídio culposo, com culpa inconsciente

74. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) considera-se criança a pessoa com até catorze anos de idade incompletos.
- B) considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção praticada por uma criança ou adolescente.
- C) o adolescente que cometer um ato infracional não poderá ser privado de sua liberdade.
- D) é possível a aplicação da medida sócio-educativa da internação em estabelecimento educacional no caso de uma criança ter praticado um ato infracional com violência ou grave ameaça.

75. A consumação do crime de estelionato ocorre no momento em que o agente:

- A) pratica a fraude.
- B) induz a vítima em erro.
- C) utiliza a vantagem ilícita em benefício próprio ou de terceiro.
- D) obtém a vantagem ilícita.

76. Com relação ao inquérito policial é incorreto afirmar que:

- a) Mesmo em face de denúncia anônima, deverá o delegado de polícia aferir a plausibilidade da delação, impondo-se a instauração de inquérito policial para apurar eventual ilícito penal, tendo em vista a característica da obrigatoriedade;
- b) Arquivado o inquérito policial com fundamento no instituto do crime impossível, o ato jurisdicional fará coisa julgada material, não podendo o *Parquet* postular a reabertura do inquérito, ainda que colhidas provas inovadoras;
- c) O inquérito policial que apurou crime de tráfico internacional de substância entorpecente em concurso material com a associação para o tráfico, deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias se os agentes estiverem presos, podendo ser prorrogado o citado lapso temporal por igual período;
- d) Os vícios ocorridos no inquérito policial quando da colheita dos depoimentos testemunhais e das declarações da vítima comprometerão a validade dos respectivos atos processuais, em face do princípio da causalidade;

77. Sobre o procedimento do Tribunal do Júri aponte o item correto:

- a) A ausência injustificada de Tício na sessão do júri pela prática de homicídio na forma simplificada autoriza a decretação de revelia, podendo o julgamento ocorrer sem a presença do acusado;
- b) É absoluta a nulidade do julgamento popular no qual deixou o magistrado de incluir na quesitação tese suscitada pela defesa no momento dos debates orais;
- c) Quando o Conselho de Sentença desclassificar o crime doloso contra a vida na sessão de julgamento, reconhecendo a prática de delito comum, deverá o feito ser remetido para o juiz que for competente, para que seja prolatada decisão definitiva;
- d) A decisão que impronuncia o réu com fulcro na atipicidade da conduta apurada fará coisa julgada formal, podendo ser instaurado novo processo se houver novas provas, enquanto não extinta a punibilidade

78. Assinale a afirmativa correta com relação à ação no processo penal:

- a) A rejeição da denúncia com fundamento na inépcia fará coisa julgada formal, não podendo o representante do Ministério Público oferecer a exordial novamente;
- b) No crime de estupro contra vítima que não condições de prover as despesas do processo, a ação penal será deflagrada pelo Ministério Público após representação da ofendida, a qual dispensa formalidades, podendo ser extraída de outros atos da vítima que revelem intenção de ver o fato apurado;
- c) A ação penal de iniciativa privada tem como princípio a indivisibilidade, motivo pelo qual oferecida queixa parcial, haverá renúncia tácita com relação ao agente excluído da relação processual, prosseguindo o feito com relação aos demais;
- d) A composição civil dos danos no crime de estupro simples caracteriza renúncia ao direito de queixa.

79. A respeito da prisão provisória assinala a opção correta:

- a) É possível flagrante postergado nos crimes praticados por organizações criminosas quando a autoridade policial verificar que pode retardar a captura do agente, com o fim de colher maiores informações a respeito do ilícito penal, atribuindo maior eficácia à prisão;
- b) Tício, investigado pela prática de homicídio culposo, está coagindo os familiares da vítima, com o fim de evitar a apuração do fato criminoso. Nessa situação, a autoridade judiciária poderá decretar a prisão preventiva, com fundamento na conveniência da instrução criminal.
- c) O delegado de polícia indiciou Caio nas sanções do crime de furto qualificado. Considerando que o citado agente não possui residência fixa, além de não ter apresentado dados com relação a sua identificação civil, poderá o juiz penal decretar a prisão temporária, com o fim de viabilizar a apuração do fato delituoso.
- d) É ilegal a prisão em flagrante do agente que é capturado por ter em depósito substância entorpecente, tendo em vista que o estado de flagrância somente foi caracterizado por ter o policial simulado intenção de adquirir alguns papalotes de cocaína, efetivando a prisão no momento da venda.

80. Assinale o item correto de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) A pena unificada para atender ao limite de 30 (trinta) anos de cumprimento previsto no Código Penal será também considerada para a concessão de benefícios como o livramento condicional ou a progressão prisional;
- b) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a decretação de prisão preventiva, bem como para a imposição de regime prisional mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada;
- c) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções;
- d) Considerando que a ampla defesa constitui garantia de *status* constitucional, será absolutamente nulo o processo no qual se verificar ausência ou deficiência de defesa técnica.

81. Marque o item incorreto no que concerne aos procedimentos penais:

- a) Após elaborado Termo Circunstanciado de Ocorrência com relação a Mévio, que trazia consigo substância entorpecente para consumo pessoal, será aquele conduzido à autoridade judiciária, devendo o Ministério Público se manifestar sobre a transação penal, propondo ao agente uma advertência verbal, prestação de serviços à comunidade ou tratamento educativo;
- b) No procedimento ordinário a ausência de alegações finais constitui nulidade absoluta, enquanto que no procedimento do Tribunal do Júri a não apresentação de alegações finais do réu pode ser interpretada como tática do defensor, não caracterizando, por si só, nulidade processual;
- c) Marcelo praticou crimes de ameaça e de calúnia contra sua companheira no âmbito doméstico e familiar, devendo ser processado e julgado por tais condutas perante os Juizados Especiais Criminais, adotando-se o procedimento sumaríssimo aplicável à espécie;
- d) O juiz não poderá alterar a classificação do crime quando do recebimento da denúncia, podendo fazê-lo por ocasião da sentença, dando ao fato nova definição jurídica, com fundamento no art. 383, Código de Processo Penal.

82. Sobre o procedimento especial da nova lei de entorpecentes assinala o item correto:

- a) O tráfico internacional de entorpecentes será processado o julgado pela justiça federal, salvo quando não existir juiz federal no local de consumação, hipótese na qual o juiz estadual exercerá jurisdição federal;
- b) No procedimento especial da Lei n. 11.343/2006 poderão ser arroladas pela acusação e pela defesa até 8 (oito) testemunhas, a exemplo do que se verifica no procedimento ordinário, não incluídas no rol as referidas e os informantes;
- c) O exame provisório de constatação da natureza entorpecente da substância será confeccionado por dois peritos oficiais, sob pena de nulidade de ordem absoluta;
- d) O juiz, antes de deliberar pelo recebimento ou rejeição da denúncia, determinará a notificação do denunciado, o qual oferecerá defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser nomear o juiz defensor técnico para ofertar a citada peça;

83. Aponte o item incorreto no que concerne ao posicionamento sumulado dos Tribunais Superiores com relação ao processo penal:

- a) Mesmo após intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se necessária intimação da data da audiência do juízo deprecado, para que o advogado possa comparecer e elaborar perguntas ao depoente;

- b) Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada;
- c) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de uma dos denunciados;
- d) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.

84. Aponte a opção correta no que tange aos recursos no processo penal:

- a) É nula a decisão do Tribunal que reconhece, contra o réu, nulidade não aduzida no recurso da acusação, por violação ao princípio da vedação à *reformatio in pejus*;
- b) Não transita em julgado a sentença que denegou ordem de *habeas corpus* por haver omitido a remessa obrigatória, a qual se considerada exigível *ex lege*;
- c) Da decisão que rejeita o aditamento à denúncia não caberá recurso em sentido estrito, pois o rol do art. 581, CPP, é taxativo, não admitindo interpretação extensiva;
- d) O agravo em execução será interposto no prazo de 10 (dez) dias, sendo vedado ao juiz se retratar do ato jurisdicional recorrido, tendo em vista que o citado efeito diz respeito apenas ao recurso em sentido estrito.

85. Indique a assertiva incorreta com relação à competência em matéria penal:

- a) Compete ao juiz do local da efetiva obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante emissão de cheque sem provisão e fundos;
- b) Compete à justiça federal julgar crime de lesão corporal grave praticado contra índio na disputa de terras indígenas;
- c) No crime de tráfico de entorpecentes praticado em duas ou mais jurisdições, será competente o juiz da comarca que primeiro tomar conhecimento da infração, praticando ato jurisdicional com carga decisória;
- d) O juiz plantonista que decreta a prisão temporária do indiciado não será competente para a futura ação penal, por não estar caracterizado o critério da prevenção.

86. A respeito do regime do Direito Cambiário no novo Código Civil, marque a alternativa incorreta:

- a) Os títulos, de acordo com seu regime de circulação, podem ser ao portador, à ordem ou nominativos.
- b) O endosso é o ato que transfere os títulos à ordem e, via de regra, obriga o endossante pelo pagamento do título.
- c) O aval é garantia pessoal dada em determinado título, e tem as características da equivalência e autonomia.
- d) Os títulos de crédito, apesar de definidos como documentos, podem ser gerados através de caracteres de computador, sem que seja alterada sua natureza.

87. A respeito das Lei 11.101/05, marque a opção correta.

- a) A nova Lei de Falências e Recuperação judicial extinguiu a concordata preventiva, mas manteve a suspensiva, que pode ser deferida a qualquer momento, após decretada a falência, desde que a sociedade mostre que tem possibilidade de continuar os seus negócios.
- b) A Lei 11.101/05 aplica-se aos empresário e a sociedade empresária, independente do tipo de atividade que exerça.
- c) A falência poderá ser requerida pelo próprio devedor ou por qualquer credor, desde que possua título protestado e não pago, independente do valor da dívida.
- d) O administrador judicial deverá, na liquidação do ativo da sociedade falida, observar a ordem de preferência estabelecida na lei, priorizando a alienação do estabelecimento em bloco.

88. A respeito dos contratos empresariais, aponte a opção correta.

- a) A alienação fiduciária é um tipo de garantia que transfere ao credor fiduciário a propriedade resolúvel e a posse indireta do bem alienado, enquanto o devedor mantém a posse direta do bem.
- b) O arrendamento mercantil admite duas modalidades, o operacional e o financeiro, sendo que o primeiro só pode ser praticado por sociedade devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.
- c) No contrato de fomento mercantil, a sociedade faturizada transfere à faturizadora títulos dos quais é credora, obrigando-se pelo pagamento desses títulos.
- d) As sociedades que operam factoring devem ser devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil para exercer essa atividade, uma vez que integram o sistema financeiro nacional.

89. Sobre as sociedades limitadas, marque a alternativa correta:

- a) Nas sociedades limitadas, uma vez integralizado o capital social, os sócios não mais respondem pelas obrigações da sociedade.
- b) A sociedade limitada apenas admite administradores sócios, que deverão ser designados no ato constitutivo da sociedade.
- c) O capital subscrito da sociedade limitada poderá ser integralizado em bens ou serviços.
- d) A sociedade limitada será considerada empresária, independente de seu objeto social.

90. A respeito da disciplina do Direito da empresa no novo Código Civil, marque a alternativa correta:

- a) A teoria da empresa é baseada na prática de atos de comércio.
- b) Considera-se empresário aquele que pratica atividade intelectual, de cunho literário, desde que constitua elemento de empresa.
- c) A atividade rural não pode ser organizada como sociedade empresária.
- d) A sociedade empresária adquire personalidade jurídica com o registro de seus atos no cartório de registro de pessoas jurídicas de sua sede.

91. Assinale a opção correta.

- a) o ato do advogado que ingressa com reclamatória trabalhista, pleiteando verbas que seu cliente já recebeu do empregador que o dispensou, tendo ciência deste fato classifica-se como propositura de lide temerária.
- b) a sanção disciplinar cabível para o advogado que exerça prática reiterada de jogo de azar não autorizado por lei é a exclusão dos quadros da Ordem.
- c) em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, o advogado pode ser suspenso preventivamente somente depois do julgamento de mérito do processo disciplinar, com decisão irreversível.
- d) no caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

92. Ainda acerca da jurisprudência do STF sobre o Estatuto da OAB e dos direitos dos advogados, marque a única opção correta.

- a) advogado é indispensável à administração da justiça, embora sua presença seja prescindível nos atos processuais dos juizados especiais cíveis e criminais, em qualquer instância na Justiça do Trabalho e para a impetração de *habeas corpus*.
- b) pelo simples fato de ser advogado, o indivíduo goza de inviolabilidades civis e penais em qualquer ato que pratique na vida civil, segundo o que se depreende do disposto no art. 133 da Constituição Federal.
- c) pacificou-se, na Suprema Corte, a jurisprudência no sentido de que não é absoluta a inviolabilidade do advogado, por seus atos e manifestações, o que não infirma a abrangência que a Carta de Outubro conferiu ao instituto, de cujo manto protetor somente se excluem atos, gestos ou palavras que manifestamente desbordem do exercício da profissão, como a agressão (física ou moral), o insulto pessoal e a humilhação pública.
- d) é assegurada a inviolabilidade do advogado, como garantia constitucional, regulamentada pela Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) por seus atos e manifestações no exercício da profissão. Imunidade relativa, que não alcança a ofensa caracterizada como calúnia, haja vista as disposições do Estatuto da Ordem dos Advogados e do Código Penal.

93. A respeito do Regulamento Geral do Estatuto da OAB e da Advocacia, julgue os itens que se seguem e aponte o único correto.

- a) os exercentes de cargos na advocacia pública ficam, enquanto se encontrarem nessa condição, desobrigados à inscrição na OAB e, portanto, não podem exercer qualquer cargo diretivo na OAB.
- b) é o Conselho Seccional da OAB que representa os advogados empregados nas convenções coletivas de trabalho celebradas com as entidades sindicais representativas dos empregadores, nos acordos coletivos celebrados com a empresa empregadora e nos dissídios coletivos perante a Justiça do Trabalho, aplicáveis às relações de trabalho.
- c) os defensores públicos possuem a prerrogativa de exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.

d) É indelegável, por sua natureza solene e personalíssima, o compromisso de novo advogado perante o Conselho Seccional, a Diretoria ou o Conselho da Subseção.

94. Sobre o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) são deveres do advogado, entre outros, estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios; atuar como conselheiro, evitando que seu cliente ingresse em aventura judicial; e abster-se de utilizar influência indevida, em seu benefício ou do cliente.
- b) apesar de ser obrigado atuar, profissionalmente, com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé, o advogado tem o dever de evitar patrocinar causas impopulares.
- c) é permitido, apenas em situações excepcionais, expor os fatos em Juízo, falseando deliberadamente a verdade ou estribando-se na má-fé.
- d) a inculcação de clientela constitui importante estratégia adotável por advogado, com a devida permissão legal e ética.

95. De acordo com a jurisprudência vigente do STF, acerca da OAB e do exercício da atividade advocatícia, assinale a opção correta.

- a) a OAB é uma entidade autárquica, sendo, portanto, vinculada ao Ministério da Justiça, devendo prestar contas de sua gestão orçamentária ao Tribunal de Contas da União.
- b) por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas partes está vinculada. Essa não-vinculação é formal e materialmente necessária.
- c) a OAB é uma entidade cuja finalidade é afeita a atribuições, interesses e seleção de advogados, além de representar os direitos e interesses dos cidadãos hipossuficientes perante o Poder Judiciário.
- d) o STF tem reiterado o entendimento de que a faculdade de constituir ou não advogado para representar as partes em juízo, nas causas de competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis, ofende a Constituição, pois limita o acesso do jurisdicionado à justiça,

96. Sobre as sociedades de advogados, analise os itens que se seguem.

- I. a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.
- II. as procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte.
- III. o ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado junto ao Conselho Seccional da OAB onde se instalar, ficando os sócios dispensados da inscrição suplementar.
- IV. os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos.

Quantos itens estão corretos?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

97. Sobre o exercício da advocacia, aponte o que for correto.

- a) a inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional da OAB em cujo território tenha seu domicílio eleitoral.
- b) o inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.
- c) os pedidos de transferência de inscrição de advogados são regulados pelo Regimento Interno do Conselho Seccional da OAB respectivo.
- d) cancela-se a inscrição do advogado quando ocorrer a quarta suspensão, relativa ao não-pagamento de anuidades distintas.

98. As assertivas a seguir são corretas, menos uma. Aponte-a.

- a) a pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em 3 (três) anos, contados da data da consumação do fato.
- b) as Caixas de Assistência dos Advogados – CAA, criadas pelos Conselhos Seccionais, são dotadas de personalidade jurídica própria.

- c) a OAB, por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total em relação a seus bens, rendas e serviços.
- d) a participação de advogado em bens particulares de cliente, comprovadamente sem condições pecuniárias, só é tolerada em caráter excepcional, e desde que contratada por escrito.

99. O Estatuto da OAB prevê situações de incompatibilidade e de impedimento, com relação ao exercício da advocacia. Constitui situação expressa de impedimento:

- a) ocupar cargo de direção em órgão da administração pública indireta.
- b) exercer a atividade de militar de uma das Forças Armadas.
- c) ocupar função de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.
- d) exercer a advocacia contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora, os servidores da administração direta, indireta ou fundacional.

100. O substabelecimento de mandato sem reserva de poderes:

- a) é ato pessoal do advogado.
- b) exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- c) exige o prévio e inequívoco consentimento do cliente.
- d) somente ocorrerá a pedido do cliente.

Exame de Ordem(Simulado) 2007.1

1- B	2- C	3- A	4- A	5- B	6- D	7- B	8- D	9- B	10- B	11- A	12- D	13- D	14- C	15- C	16- D	17- B	18- B	19- B	20- A
21- A	22- C	23- A	24- C	25- D	26- C	27- A	28- A	29- A	30- D	31- D	32- D	33- B	34- C	35- B	36- A	37- B	38- B	39- B	40- D
41- C	42- D	43- B	44- C	45- B	46- D	47- C	48- B	49- A	50- D	51- D	52- A	53- B	54- A	55- D	56- B	57- A	58- D	59- B	60- B
61- D	62- C	63- C	64- A	65- D	66- D	67- D	68- D	69- D	70- C	71- C	72- A	73- B	74- B	75- D	76- B	77- B	78- B	79- A	80- C
81- C	82- D	83- A	84- A	85- A	86- B	87- D	88- A	89- A	90- B	91- A	92- C	93- D	94- A	95- B	96- D	97- B	98- A	99- D	100- B